

Vida de rua: experiências, caminhos e desvios

Suzana da Silva Rozendo

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre uma experiência de pesquisa, realizada com moradores de rua da cidade de Campo Grande/MS, durante o ano de 2008. Apesar de constatar-se que a vida nas ruas, na maioria das vezes, é uma opção consentida, pudemos mapear uma rede de serviços, que articulam saberes e profissionais especializados, interessados em normatizar estas vivências. Diante deste quadro intervencionista, os *street papers*, ou jornais de rua, demonstram ser uma opção de geração de renda, e interação social. Estas publicações evidenciam ainda, potenciais de mudanças na forma da sociedade pensar e agir sobre as populações de rua.

Palavras-chave: população de rua; experiências; *street paper*.

Apresentação

O presente trabalho busca tecer reflexões sobre uma experiência vivenciada com moradores de rua, na cidade de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, durante o ano de 2008. Na ocasião estávamos coletando imagens e entrevistas que iriam compor nosso trabalho de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social e Jornalismo, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. A escolha deste público-alvo, como objeto de pesquisa, não foi aleatória sendo motivada principalmente pelo elevado efetivo desta clientela nas ruas de Campo Grande. Todos os envolvidos, na pesquisa, permitiram a divulgação das entrevistas concedidas, para a produção de um vídeo-documentário, assim como para outras finalidades acadêmicas.

Inicialmente, nosso principal objetivo era produzir um vídeo-documentário com imagens de cinegrafistas profissionais, usando equipamento de iluminação e microfone, buscando retratar o cotidiano destes personagens das ruas, através de uma faceta imparcial. *A priori*, nossas lentes e microfones não focavam os elementos sociais envolvidos na trama de vida destes indivíduos ou na formação desta categoria social específica, catalogada no *rol* da mendicância. Vale ressaltar que as imagens que circulam na sociedade em geral, acerca deste grupo identitário, nos levaram a campo, eivados por uma considerável concepção assistencialista, revestida pela caridade, benevolência, filantropia, repugnância e tantos outros valores que os retratam de forma predominantemente pejorativa. Porém no decorrer do trabalho, ao nos aprofundarmos na realidade experimentada pelos moradores de rua, pudemos constituir concepções menos hegemônicas, que nos inspiraram a produzir uma investigação jornalística mais focalizada em uma crítica social.

A vivência com as ‘pessoas em situação de rua’¹ nos possibilitou o contato primo com uma realidade que não costuma circular pelos canais oficiais de comunicação como a grande mídia, os discursos políticos ou pelas instituições prestadoras de serviços. Sobre a égide da ‘proteção’, as referidas instâncias buscam recodificar o cotidiano dos indivíduos considerados em ‘situação de risco’². Através da chamada reinserção social, procuram ordenar a vida desta população, de acordo com os preceitos normativos de uma sociedade capitalista-produtivista.

¹ Atualmente o termo ‘pessoas em situação de rua’ tem sido utilizado, pelas ciências sociais e pelo Estado, para designar a população de rua, ou o indivíduo que habita as ruas, quando empregado no singular. Apesar do formalismo político-científico, estes indivíduos são, usualmente, nomeados pela sociedade como mendigos, trecheiros ou andarilhos.

² O termo ‘risco social’ é propagado pela política oficial de Assistência Social, para assinalar a condição de vida, da população de rua. Sobre o assunto ver: Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília: Presidência da república. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, 2005.

Muito pelo contrário, nossa experiência revelou que estes indivíduos são dotados de intensas potencialidades que os habilitam a trafegarem na ‘contramão’ das normas sociais e assim constituir modos de existências abalizados nas próprias singularidades. Diante desta realidade presumimos que as pessoas que optaram pela vida nas ruas, não demandam uma incisiva intervenção filantrópico-estatal, pois podem

constituir suas próprias formas de subsistência. Nesta perspectiva, os *street papers*, ou jornais de rua, têm se mostrado como uma forma bastante efetiva de emancipação dos moradores de rua, conforme iremos abordar mais adiante.

Atualmente, nosso trabalho de conclusão de curso converteu-se em uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em comunicação social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que demonstrou seu compromisso com as causas sociais, ao aceitar prontamente nosso projeto de pesquisa.

A experiência com os moradores de rua

A maioria das fontes foram encontradas por acaso, dispostos em diversos cenários na cidade. Algumas eram fáceis de reencontrar, pois estavam sempre nos mesmos lugares e nos mesmos horários. Geralmente, frequentavam os arredores das igrejas aos domingos, cuidando de carros e recolhendo moedas dos fiéis.

Alguns deles já tiveram considerável poder aquisitivo, família e até mesmo chegaram a cursar ensino superior. Já outros cresceram em orfanatos e optaram pelas ruas a partir dos oito ou nove anos de idade. Apesar de comumente verbalizarem sobre a aspiração de constituir ou retomar um modo de vida ‘normal’, como morar em uma residência fixa, constituir família e realizar atividade remunerada formal, constatou-se que, na maioria dos casos, se adaptaram plenamente com a vivência nas ruas, assumindo esta condição sem se empenharem de fato em mudar seus hábitos. Um dos entrevistados, de trinta e seis anos, em poucas palavras condensa bem esta realidade:

“Reclama da rua, mas tá na rua porque qué, entendeu?” (informação oral)³

Foi deveras interessante observar a existência um espírito solidário e cooperativo entre os moradores de rua. Costumam ajudar-se mutuamente e dividem a comida e a bebida, mesmo que seja pouca. Um deles descobriu onde trabalhávamos e um dia, foi até o local deixar um material de pesquisa que havíamos esquecido dentro de um livro que doamos a ele. Este episódio causou muito espanto na chefia da empresa, a qual nos chamou a atenção pelo fato do morador de rua ter entrado no estabelecimento sujo e descalço, causando a sensação de desconforto nas pessoas que ali estavam. Este episódio retrata bem que, apesar de serem marginalizados, costumam praticar o altruísmo, talvez por conhecerem bem a face malfazeja da sociedade.

³ Entrevista concedida em maio de 2008 por um morador de rua de Campo Grande, de dezenove anos de idade. Em situação de rua há dois anos.

Na realização do trabalho, não desenvolvemos um roteiro de entrevista estruturada que buscasse analisar os fatores motivacionais que levaram aos entrevistados a procurarem nas ruas a sua pousada. Todavia, foi possível constatar, pela frequente aparição nos relatos, que a bebida, a droga e a vida desregrada, são fatores que pesam na escolha por esta opção de vida.

“Eu moro na rua porque sou viciado na droga e minha família não aceita eu em casa”. (...) Porque eu aprontei muito, eu perdi meu trabalho, eu perdi tudo por causa da química. (informação oral)⁴

“Quem é acostumado com a rua não adianta você tentá, assim, juntá assim com a família, porque não adianta. Só a minha cachaça e o meu cigarro (...)”. (informação oral)⁵

O consumo destas substâncias, lícitas ou ilícitas, não é percebido pela população de rua como uma problemática para suas vidas. A maioria deles trata o assunto de forma natural e corriqueira, como parte do cotidiano de suas vidas. Não se lamentam ou esboçam arrependimento sobre seus hábitos de consumo. Frente a recriminação social sobre o uso destas substâncias, alguns se manifestam de forma bastante jocosa:

“Minha pinga acho que não está atrapalhando não”. (informação oral)⁶

“Meu vício é beber cachaça e eu gosto dela (...). Até o nosso presidente é o maior cachaceiro! E a onde está indo este dinheiro dos cofre público aê?” (informação oral)⁷

“Eu gosto de usar drogas químicas porque eu gosto de sensações no meu organismo que causam poder! Eu tô muito bem comigo agora!” (informação oral)⁸

De acordo com os entrevistados, as drogas mais consumidas, pelos moradores de rua de Campo Grande, são o cigarro, a cachaça, a maconha e a pasta base. Apesar da naturalidade pela qual abordam o tema, o consumo destes teores dispara a intercessão

⁴ Entrevista concedida em janeiro de 2008 por uma moradora de rua de Campo Grande, de quarenta e cinco anos de idade. Em situação de rua há trinta anos.

⁵ Entrevista concedida em maio de 2008 por um morador de rua de Campo Grande, de quarenta e oito anos de idade. Em situação de rua há vinte e cinco anos.

⁶ Entrevista concedida em janeiro de 2008 por um morador de rua de Campo Grande, de quarenta e três anos de idade. Em situação de rua há um ano.

⁷ Entrevista concedida em maio de 2008 por um morador de rua de Campo Grande, de trinta anos de idade.

⁸ Entrevista concedida em maio de 2008 por um morador de rua de Campo Grande, de dezenove anos de idade. Em situação de rua há dois anos. Na ocasião da entrevista estava acompanhado por outros dois adolescentes, moradores de rua, um deles de doze e o outro de treze anos de idade.

da sociedade, sobre suas vidas. A patologização do consumo destas substâncias autoriza a tutela e a medicalização dos moradores de rua, pautados agora na categoria dos 'usuários de drogas'. A intervenção filantrópico-estatal, ganha mais legitimidade quando sustentada pelos cuidados voltados à saúde destes indivíduos, como acontece nos casos das clínicas de reabilitação, nos centros de triagem e nas instituições de saúde mantidas pelo Estado. A intervenção tutelar ganha ainda mais salvo conduto, quando exercida sobre os 'menores de idade'.

Sabe qual foi desses guri aqui?

Eles tomam muito remédio. Esse muleque aqui ficou internado comigo no hospital, na psiquiatria. Esse outro aqui vai prum tal 'Renascer' que os cara mete remédio na mulecada, aê ele fica bem loco, ó ai o jeito que esse menino fica, fica meio assim ó. (informação oral)⁹

Eu já fiquei internado em várias clínica. Eles dão aqueles remédio assim, aê você fica tontão (...) na hora de comer nem dá vontade de comer. (informação oral)¹⁰

A desautorização e a tentativa de tutela exercida sobre a população de rua, agenciados pelo Estado e pela filantropia, foi um fator que nos chamou bastante a atenção durante nosso trabalho de campo. Existe toda uma rede de serviços, sustentados por valores morais e religiosos, leis, saberes científicos, instituições de saúde, categorias profissionais, etc. Estes elementos se formam buscando engajar os moradores de rua, em modos de existência aprovados pela norma social. A fala da coordenadora e da psicóloga de uma das instituições retrata bem como se articulam os saberes científicos, as instituições, a atuação dos profissionais e enfim o processo de normatização dos moradores de rua promovidos pelas redes de serviço:

Chegando aqui a gente faz uma triagem com eles. Passam pela assistente social, pela psicóloga e pela enfermagem. Depois então a gente vai ver qual é o problema de cada um, se é documentação, medicação, ou contato com a família. (informação oral)¹¹

No caso de quem está sobre efeito de álcool e drogas, mesmo eles estando aqui a gente sabe que o vício não acaba. Então a gente encaminha pro '*nome da instituição governamental*' e pros outros programas do governo. Têm vários profissionais que fazem o trabalho intensivo com eles. (informação oral)¹²

⁹ Entrevista concedida em maio de 2008 por um morador de rua de Campo Grande, de treze anos de idade. Em situação de rua há dois anos.

¹⁰ Entrevista concedida por um morador de rua de Campo Grande, de treze anos de idade. Em situação de rua há dois anos.

¹¹ Entrevista concedida em agosto de 2008 pela coordenadora de uma instituição de atendimento aos moradores de rua de Campo Grande.

¹² Entrevista concedida pela psicóloga de uma instituição de atendimento aos moradores de rua de Campo Grande.

Na cidade de Campo grande, além de programas de saúde que atendem a encaminhamentos, foram mapeadas quatro instituições prestadoras de serviços voltadas, exclusivamente, ao atendimento da população de rua. Duas delas fazem parte de programas oficiais do governo e são mantidas exclusivamente por recursos públicos. As outras duas são filantrópicas, sendo uma vinculada ao catolicismo e a outra ao protestantismo, sendo custeadas por recursos próprios e subvenções estatais. Ao adentrarem a instituição, os moradores de rua são triados e higienizados. Recebem corte de cabelo e um *kit* contendo materiais de higiene e roupas limpas. A higiene do corpo destes sujeitos não é a única apreçada pelas referidas entidades de atendimento, que buscam principalmente a higienização dos seus hábitos.

Costa (1989) traz importantes reflexões sobre a história de higienização dos moradores de rua no Brasil. De acordo com o autor desde o Século XIX esta população tem sido perseguida pelo Estado, pela aristocracia, pelos clérigos e pela sociedade em geral, no intuito de higienizar seus hábitos e subjetividades. Com a chegada da Coroa Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, houve a implantação de um projeto higienista¹³ de urbanização e ordenação da cidade, que seguia os exemplos dos projetos já implantados nas grandes cidades européias.

O projeto higienista de urbanização impulsionou a criação de várias instituições que visavam isolar as populações de rua, dos demais estratos populacionais. Foi então que surgiram os asilos de velhos orfanatos e outras instituições voltadas à ‘mendicância’ que fora subdividida em diversas categorias distintas, tais como órfãos, velhos desamparados, inválidos, prostitutas e vadios. Para aqueles considerados ‘vadios’ (classificação oitocentista que mais se assemelha a catalogação dos moradores de rua na contemporaneidade), foram criados dispositivos legais que previam a pena de prisão sobre a acusação de vadiagem. Recaía sobre a ‘vadiagem’, a culpabilização da proliferação de doenças, maus costumes e hábitos considerados ‘nefastos’, como a promiscuidade, a fornicação, e tantas outras ‘degenerações’ (DONZELOT, 1986). Estas acusações eram utilizadas como justificativa pelo isolamento e retenção dos habitantes das ruas e recebia o apoio da sociedade, já normatizada em instituições como o trabalho, a igreja e a família. Na atualidade presenciamos a reconfiguração dos tratamentos dirigidos à população de rua, porém suas raízes continuam bem fincadas no período do imperial.

Nas quatro instituições analisadas na cidade em foco, ainda circulam noções que assinalam a vida nas ruas como, nefasta, repugnante, nociva, insalubre, indigna e tantas outras que retratam esta vivência de forma pejorativa, assim como no Brasil

¹³ Segundo Costa, o termo ‘higienista’ remete a teoria e a prática da medicina da política de higienização das cidades, da população e da família. No Brasil, assim como na Europa, foram criadas um conjunto de instituições com o objetivo de isolar as populações consideradas como um perigo social. Dentre estes grupos inseriam-se os órfãos, velhos desamparados, prostitutas e os mendigos, e quem mais habitasse as ruas da cidade. Sobre o assunto consultar:

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989

MACHADO, R. et. al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1978. 559 p.

DONZELOT, D. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

oitocentista. Nestas instituições os moradores de rua costumam ser catalogados em dois grupos distintos: os ‘bons’ considerados ‘recuperáveis’ e os ‘maus’ considerados ‘irrecuperáveis’. No primeiro grupo inserem-se alguns indivíduos de idade avançada, com problemas físicos ou psíquicos incapacitantes, ou ainda aqueles com uma postura mais dócil e domesticada. Este grupo é tratado com benevolência e caridade, costumam receber alguns ‘privilégios’ como: extensão de albergagem, afetos diferenciados e em alguns casos, chegam até a se estabelecerem definitivamente nas instituições através da concessão de um emprego formal. São considerados ‘maus’, aqueles reincidentes que não pretendem sair das ruas e que definitivamente assumiram esta condição, de modo que não se encaixam na proposta de reinserção social aliciada por estas entidades. Estes foram referidos nas entrevistas, através de entonações menos acolhedoras e o atendimento dispensado a eles é exclusivamente o padrão.

Em alguns casos estas organizações alcançam seu objetivo fundamental, reinserir o morador de rua em um modo de vida normal. Estas ocorrências costumam se efetivar nos indivíduos que encaram a situação de rua como temporária, muitas vezes relacionada com uma situação de desemprego. Usualmente o engajamento religioso costuma disparar estas reinserções, como se pode observar nos relatos descritos abaixo:

Nós temos alcançados muitas almas. Conhecemos uma pessoa hoje que é drogada, acabada, destruída, é um mendigo e amanhã, através desse projeto ele vira um homem lindo, maravilhoso e volta ao trabalho, entendeu? A gente sai na cidade e encontra as pessoas: ô pastor! ó pastor! Eu não tô mais na droga, tô trabalhando! (...) Então pra nós é lindo esse projeto. (informação oral)¹⁴

Eu perdi meu pai e minha mãe. Ai eu fiquei desempregado e perdi família, perdi minha esposa. Eu durmia num *trailer*. Ai eu trabalhava na rua, trabalhava só mais pra bebida, nem comer eu comia. Bem complicada tava minha vida, eu tava destruído. Uma noite eu dormindo, deus me tocou d’eu sair dessa vida. Eu vim aqui conhecer o projeto ‘nome do projeto’, que um amigo me falou. Ai eu me reconciliei com o ‘senhor’ Eu moro na igreja, o meu trabalho é aqui na igreja agora. (entrevista oral)¹⁵

Apesar d’eu ter família, ter casa, ter de tudo do bom e do melhor, devido à droga eu era morador de rua. Minha vida na rua era só droga. Eu sou malabarista né, o que eu fazia, o dinheiro que eu juntava era só pra droga (...). Então eu falei: que futuro que vai me dar isso? Então isso fez eu despertar né, do sono (...). Mas agora graças a Deus eu voltei a minha vida normal. (informação oral)¹⁶

Enquanto os espíritos dóceis recebem a unção sócio-espiritual, e são agraciados com um padrão de vida endossado pela sociedade, aqueles que preferem viver permanentemente nas ruas costumam ser tratados de forma agressiva pela força repressora do Estado, representada, principalmente, pela polícia militar - PM. Durante

¹⁴ Entrevista concedida pelo coordenador de uma instituição de atendimento aos moradores de rua de Campo Grande.

¹⁵ Entrevista concedida por um ex morador de rua de Campo Grande, de cinquenta e sete anos de idade. Morou nas ruas por três meses.

¹⁶ Entrevista concedida por um ex morador de rua de Campo Grande, de vinte e um anos de idade. Morou nas ruas por seis meses.

uma das entrevistas, realizada com dois adolescentes de doze e treze anos, um fato curioso nos chamou a atenção. Na ocasião, passava pela rua uma viatura da polícia militar e um dos entrevistados gritou: ‘*Ô porco!*’ Ao interpelarmos o adolescente sobre o motivo daquela expressão verbal, ele nos respondeu em alto e bom tom:

‘Safado! Porque eles são safado! Gostam de bater na gente!’ (informação oral)¹⁷

A herança higienista imperial se apresenta como uma força bastante ativa na atualidade. Com o advento da pós modernidade e a ascensão das ciências e das diversas categorias profissionais, o Estado encontra ainda mais subsídios para intervir repressoramente sobre a vida dos moradores de rua. Na atualidade, estes indivíduos podem ser desqualificados por seus hábitos e costumes com o apoio, de instituições mais refinadas, e de profissionais qualificados e por diversos saberes, concepções e imagens, que se materializam no imaginário social, legitimando a repressão, tal como ocorre no caso da PM.

Outro relato mostra com clareza, um episódio de abuso de autoridade e uso de métodos de tortura, por parte da polícia militar, contra um morador de rua:

‘Teve até caso de colocar saquinho na cabeça, sufocando, pra entregar o traficante. ‘Ou entrega o traficante, ou a gente leva você pra quebrada e vai te apagar!’ (informação oral)¹⁸.

Um soldado da PM do Mato Grosso do Sul, entrevistado durante a pesquisa, fez os seguintes comentários sobre o assunto:

Eu não vou dizer que eles mentiram pra você. Mas a polícia mudou e vem mudando (...). Se isso vem acontecendo não tem uma explicação. Não tem amparo nenhum pra se agir desta forma. Então se algum policial age desta forma ainda, isso tem que ser levado a frente e de qualquer forma isso tem que mudar. (informação oral)¹⁹

A violência cometida contra os moradores de rua, nas palavras do representante da PM, foi, ou ainda é uma *praxe* bastante difundida e reconhecida pelos próprios policiais. Se por um lado o soldado entrevistado diz que a PM mudou e vem mudando suas formas de tratamento dirigidas a população de rua, os relatos dos moradores retratam que ainda persiste uma relação cotidiana regrada pela verticalidade, imposição de força e uso comum de violência física e psíquica.

De acordo com Mattos (2004) As noções que circulam sobre nosso público- alvo, fazem com que a sociedade, mesmo que involuntariamente, os marginalize. Noutros casos, em atitudes mais violentas, pessoas “civilizadas” e inseridas nos padrões de normalidade chegam a agredi-las verbalmente e fisicamente, ou até mesmo queimá-las, como em alguns lamentáveis casos noticiados pela imprensa.

¹⁷ Entrevista concedida por um morador de rua de Campo Grande, de doze anos de idade. Em situação de rua há dois anos.

¹⁸ Entrevista concedida por um morador de rua de Campo Grande, de trinta anos de idade.

¹⁹ Entrevista concedida por um soldado da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul.

Frente à realidade histórica da sociedade brasileira, que se dirige à população de rua empenhando-se em normatizá-la, ou até mesmo de violentá-la, uma alternativa de resignificação dos sentidos, imagens e concepções da vida nas ruas tem mostrado bastante eficaz em diversos países. Estamos nos referindo aos *street papers*, ou jornais de rua, um potente mecanismo de interação social, aceitação das diferenças e geração de renda.

Street papers: um promotor de renda e interação social

Em meados dos anos de 1990 surgia, na Europa, uma nova proposta editorial voltada para as questões sociais das pessoas em situação de rua: os *street papers*. Jornais ou revistas eram comercializados e, usualmente, produzidos pelos chamados *homeless*, ou “sem teto”. Com o lançamento, no ano de 1991, da revista *The Big Issue*, em Londres, os *street papers*, ou jornais de rua, passariam a constituir um movimento mundial. O periódico inglês impulsionou o surgimento de vários outros projetos editoriais semelhantes, criados com o objetivo de estabelecer relações entre sujeitos de níveis sociais diferentes, através do processo de compra e venda das revistas.

Em 1994, surgiu a *International Networking of Street Papers* (INSP), primeira rede internacional de *street papers*, com o objetivo de auxiliar e divulgar a nova proposta editorial. De acordo com Walty (2007) a INSP associa países desenvolvidos e em desenvolvimento, investindo na troca de conhecimentos e experiências entre as partes envolvidas no processo de produção, compra e venda destes periódicos.

Importa realçar que os vendedores dos jornais de rua também escrevem para a revista e encontram-se envolvidos em outras atividades, esportivas e culturais, como os grupos teatrais, as oficinas de criação de textos, além de um campeonato mundial de futebol (WALTY, 2007, p. 78)

Quatro países da América Latina produzem jornais de rua e são filiados à INSP: Argentina, Brasil, Chile e Paraguai. No Brasil, estão vinculadas à Rede Internacional de Publicações de Rua: a Organização Civil de Ação Social, por meio da revista “Ocas”, distribuída no Rio de Janeiro e São Paulo; a Agência Livre para Infância, Cidadania e Educação, através do jornal Boca de Rua, de Porto Alegre e a mais recente publicação, o jornal Aurora da Rua, elaborado pela Organização da Igreja Trindade de Salvador. As três organizações têm o objetivo comum de promover a reintegração social das pessoas em situação de rua através da venda dos jornais ou das revistas.

A importância dos *street papers* como instrumentos de inserção e reinserção social é apontada por especialistas e pelas próprias organizações que produzem estes periódicos. Todavia é preciso destacar que muitos moradores de rua, escolheram esta alternativa de vida por conta própria e não pretendem se integrarem ou se reintegrarem aos padrões de conduta e vida socialmente aceitos e compreendidos como normais. Neste sentido pretendemos destacar aqui, a capacidade de interação social promovida

pelos jornais de rua, tendo em vista que estes possibilitam a propagação das experiências de rua vivenciadas pelos seus moradores, ‘pela boca’ dos mesmos. Possibilitam ainda momentos de convivência e consequente trocas de experiências, entre atores sociais distintos, tendo em vista que a aquisição destes materiais implica contato direto, dos “cidadãos comuns” com os moradores de rua.

Ao optar pela comercialização dos jornais, o morador de rua os adquire (com preço reduzido) na organização responsável pela produção e os revendem pelo preço de capa. As publicações só podem ser compradas diretamente com os vendedores cadastrados, que circulam em pontos de venda “alternativos”, como cinemas, cafés, bares, museus, universidades, feiras e eventos. Os vendedores devem ter idade mínima de dezoito anos, receber treinamento, assinar um código de conduta e portar crachá. Eles, na maioria das vezes, participam das reuniões de pauta e da produção do periódico. Neste caso, cabe ao jornalista responsável pela edição elaborar as melhores formas de relatar os acontecimentos e organizar, temporal e espacialmente o trabalho (WOLF, 2002).

Adquirindo o jornal, o leitor não compra apenas um produto comercial, mas um dispositivo que promove a interação social e o exercício da cidadania. Melo acredita que os meios de comunicação coletiva “possam desempenhar um papel decisivo no processo de desenvolvimento nas esferas regionais, funcionando como agentes de mudança cultural e social” (1972, P.67). Neste sentido, o sociólogo francês Jean Cazeneuve acredita que os veículos comunicativos podem ser poderosos transformadores sociais, pois “dotar a sociedade com os meios de conhecer a si própria é fornecer-lhe os instrumentos para planejar o seu futuro” (CAZENEUVE, 1976, P.163).

A participação dos vendedores nas reuniões de pauta dos periódicos é uma das formas de estabelecer canais de expressão entre vendedores, profissionais e estudantes das comunicações sociais. Os moradores de rua podem sugerir conteúdos e fazer relatos sobre as experiências vivenciadas na situação de rua. Assim os leitores destes periódicos e a sociedade em geral podem ter contato com a realidade materializada na vida desta população. De acordo com Cantarino (2005) a “condição de habitante das ruas oferece a possibilidade de um olhar único sobre o cotidiano das grandes cidades do mundo”. Neste sentido, os jornais de rua podem ser utilizados também como espaços de expressão de singularidades.

Apesar da importância aqui assinalada, é raro presenciarmos a distribuição destas comunicações, quando transitamos pelas grandes cidades brasileiras. Este é o caso da cidade focalizada no trabalho, que mesmo sendo uma capital estadual, não pudemos mapear nela, sinais de circulação das referidas publicações. Já noutras cidades da América latina, a venda de *street papers* tem sido uma prática bastante comum, como no caso de Buenos Aires/AG.

De acordo com Patrícia Merkin, presidente da Organização “Hecho” de Buenos Aires a venda dos periódicos de rua tem sido um excelente canal de promoção social e valorização dos moradores de rua:

Existem pessoas que foram vendedores e hoje têm tarefas designadas dentro da organização, existem pessoas que foram vendedores e hoje completaram seus estudos, e como esses, muitos outros exemplos que denotam níveis de participação²⁰.

Silva (2007) acredita que o jornal “Boca de Rua” traz muitos benefícios aos moradores de rua que o produzem, tanto psicologicamente quanto de forma material, já que através do trabalho, estes sujeitos podem recuperar a autoestima e também garantir, por conta própria, a sua sustentabilidade. Contudo, o retorno pode ser ainda maior, caso a abordagem jornalística dos problemas seja mais aprofundada e leve o público leitor a se sentir envolvido na solução dos problemas (SILVA, 2007, p.90). Na mesma linha de raciocínio Walty (2007) retrata a importância destes veículos de comunicação como espaços de reivindicações de políticas sociais e profundos debates políticos. Deste modo, os *street papers* demonstram sua potencialidade de promover intensas transformações sociais.

Considerações finais

Nosso trabalho de campo permitiu termos um contato ímpar com a realidade vivenciada nas experiências de vida nas ruas. A relação direta com os cenários e atores sociais de rua, nos permitiu sanar, nos âmbitos individuais, alguns estigmas que se cristalizam e se propagam na sociedade. O contato com os referentes bibliográficos foram um ponto-chave na realização deste trabalho, pois descortinaram todo um processo histórico de ojeriza, perseguição e ordenação das populações de rua no Brasil, desde o século XIX. Evidentemente, muita coisa mudou do Brasil imperial, até a contemporaneidade, inclusive as instituições e as formas de tratamento dirigidas aos moradores de rua. Mas, apesar do refinamento das entidades e dos discursos, sustentados agora pela atuação de categorias profissionais especializados e pelos saberes científicos, é bastante evidente que ainda resta um marcante ranço imperial nas formas de agir e pensar sobre a vida nas ruas.

Envolta pela intervenção da sociedade, que as concebem através de concepções pejorativistas e busca sempre a sua normatização, restam às populações de rua, as práticas cooperativistas e outras formas alternativas de sobrevivência. É sobre este prisma, um tanto pessimista, que surge a figura dos *street papers*, como geradores de renda, promotores de interação social e propagadores de concepções meliorativas sobre as vivências de rua.

Frente a escassa circulação dos *street papers*, mesmo nas grandes cidades brasileiras, faz-se necessária a divulgação, apoio e fomentação desta prática. Todavia é necessário que estas ações sejam legitimadas pelo envolvimento e interesse dos próprios moradores em conjunto com outros segmentos da sociedade, tais como organizações de defesa de direitos humanos, agências de fomento e universidades.

²⁰ Disponível em <http://www.revistacontratiempo.com.ar/hechoba.htm> (Trad. nossa). Acesso em 05 de novembro de 2008.

Rozendo, S.S. (2011) Life of street: experiences, ways and diverts. *Revista de Psicologia da UNESP* 10(2), 106-118.

Abstract: *This work looks to reflect about a research's experience, made with homeless of Campo Grande/MS city, during 2008. Even noting that the life in the streets, most times, is an agreement option, we could map a net of services, which articulate knowledges and specialized professionals, interesting in standardize these existences. In front of this interventionist reality, the street papers demonstrate to be an option of generation of income, and social interaction. These publications show it's potentiating of changes about the forms of the society think and to act on the populations of street.*

Key words: *street population; experiences; street paper.*

Bibliografia

CANTARINO, C. A organização internacional dos moradores de rua. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 57 n.01, p. 06-07, jan-mar. 2005

CAZENEUVE, J. *Guia alfabético das comunicações de massa*. Lisboa: Edições 70, 1976.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989

DONZELOT, D. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, n. 16 v. 2, p. 47-58, mai-ago. 2004.

MELO, J. M. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.

SILVA, G. *Contribuição ao estudo da violência: Jornal Boca de Rua e as políticas públicas para a adolescência em Porto Alegre*. 2007, 90f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WALTY, I. Os intelectuais e os moradores de rua: uma parceria em construção? In.: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 77-84, dez. 2007.

WOLF, M. *Teorias da comunicação de massa*. Lisboa: Presença, 2002.

Recebido: novembro de 2011.

Aprovado: março de 2012.